

TERRITÓRIO, MEMÓRIA SOCIAL E A EXPERIÊNCIA DO COTIDIANO NA NARRATIVA DA CIDADE

Maurício Vaitsman Chiga, Cilene Gomes, Maria Aparecida C. R. Papali

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, mvchiga@gmail.com, cilenegomes2011@gmail.com, papali@univap.br

Resumo

A memória coletiva (social) é a memória socialmente construída em gerações de contadores de uma história que não segue a linearidade do tempo cronológico, racional e científico, mas possivelmente, o tempo das lembranças de experiências vividas, registradas em camadas sobrepostas da memória individual, a cada vez que um narrador diferente conta o mesmo acontecimento vivido por ele ou por alguém em seu passado familiar. É nessa ligação entre a memória da experiência no cotidiano vivido, dimensão de um dado espaço-tempo, que se fundamenta metodologicamente esse breve estudo interdisciplinar a partir da análise qualitativa pelo caminho de uma hermenêutica compreensiva da memória social. Observar a memória social, sua inserção no território e analisar seus processos de territorialização é o objetivo desse breve estudo realizado como trabalho da Disciplina "Cidade e Memória" (PLUR-Univap). Pelo estudo de compreensão hermenêutica do cotidiano entendeu-se a experiência vivida na ligação entre os processos de territorialização hegemônicos e a memória social da região do entorno do Parque Nacional Serra da Canastra no sudoeste do estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Território Territorialização. Narrativa. Cotidiano. Memória social.

Área do Conhecimento: Planejamento Urbano e Regional. Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

A história pode ser entendida a partir de uma consciência das experiências nas ações humanas em determinado período de tempo, como tudo aquilo que faz a diferença entre esse e outros tempos. A consciência histórica mostra a memória pessoal no espaço social, anterior à história escrita. Entre a memória social e a história escrita existem diferenças cognitivas em níveis de consciência do grupo social a que os indivíduos pertencem, conforme Maurice Halbwachs (1990): a primeira, está viva nas lembranças de diferentes indivíduos "... tanto é verdade que os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por tudo isso." (Halbwachs, 1990, p.66); a segunda, começa quando finda a tradição da própria memória social na escolha dos fatos e acontecimentos a serem historicizados em seu tempo.

Ao pensar a transformação social e fazer da história uma luta, a historiadora Dalva Maria de Oliveira e Silva (Apud Fenelon, 2000) analisou experiências da realidade vivida em seu diálogo com as memórias, entendendo que a interpretação da narrativa de trajetórias de vida é carregada de uma memória seletiva, específica ao lugar de vida e às situações vividas em distintas experiências.

Quando Walter Benjamin (1994) entendeu a reconstrução da memória em contrapartida a uma sociedade eminentemente em desagregação, do período entre as duas guerras mundiais do século XX, o filósofo ressaltou a importância da experiência vivida como característica da memória individual, tão fundamental para a forma narrativa tradicional ultrapassar a ideia eterna do passado e de um futuro progressista determinado. A experiência vivida e cotidiana, na arte de narrar, que estaria em extinção no referido período, segundo Benjamin, aparece sempre com a possibilidade de trocar experiências entre pessoas comuns e concretas, porque "... O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E, incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes." (Benjamin, 1994, p. 201). Tais experiências são as fontes tanto para um narrador sedentarizado e conhecedor de suas tradições, como para aquele que vem de longe como um viajante.

O objetivo desse estudo é discutir como a memória social aparece na construção do espaço e analisar seus processos de territorialização questionando a história oficial.

Esse artigo desenvolve-se como uma leitura da cidade, a partir da narrativa como Arte defendida pela autora Aline C. G. da Costa (2022), onde a experiência total e concreta do conhecimento é autenticada pelos indivíduos que a comporam, a cidade como o discurso que a descreve e por quem o faz conforme a compreensão e análise da memória social, de seus processos históricos de territorialidade (Costa, 2022, pp.80-85).

Metodologia

Priorizou-se que entre a escala do território da cidade e a da pessoa comum em seu lugar de fala (na sua memória individual e memória social), está o que o historiador E.P. Thompson (1981) chamou de o “termo ausente” na teoria marxista, “uma junção” entre o apreendido da realidade concreta dos indivíduos construída no território da cidade (experienciada cotidianamente no lugar das casas ou da própria rua), e a verdade totalizante imposta pelo racionalismo hegemônico da economia capitalista. Essa junção seria a própria “experiência”, o “fazer-se” do indivíduo, que faz a ligação entre a Superestrutura (de mecanismos garantidores de determinado status quo), a infraestrutura (das forças produtivas dominadas) e que acontece no espaço da cidade.

É nesse sentido que se buscam compreensões hermenêuticas, do cotidiano, “aterrissadas” fortemente no chão físico que promove a ligação entre um passado vivido, um presente e um futuro intencional em suas disputas e tensões entre a geopolítica hegemônica e a contra hegemônica.

Essa compreensão do cotidiano partiu da hermenêutica filosófica elaborada pelo filósofo de Hans-Georg Gadamer (2007), no livro “Verdade e Método I – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica”, buscou-se como a memória social das pessoas da cidade de Piumhi - MG, demonstra forte incremento de disputa territorial porque “... compreender como este homem, este povo, este estado é o que veio a ser; dito genericamente como pode acontecer que agora é assim. (Gadamer, 2007, p. 39)” permite que se façam críticas à própria história oficial.

A memória pessoal, interior, individual, estudada por Maurice Halbwachs (1990), que se dá a partir da infância na relação do indivíduo com o mundo social é a própria memória que se perpetua e se renova pelos tempos, trazendo à lembrança pessoas concretas, em seus gestos, suas atitudes, em relações com o mundo, com sua produção material e afetiva, mesmo que nunca se atinjam os limites de uma verdade única e total nas lembranças de fatos passados, as diferentes memórias individuais testemunham o confronto dos pensamentos desviados e os vazios de lembranças. Esse trabalho funda-se nessa compreensão da memória social a partir da experiência vivida por pessoas concretas da cidade de Piumhi-MG.

Resultados

Acredita-se que a possível contribuição desse estudo envolve o entendimento interdisciplinar de processos de territorialização pela compreensão analítica da “memória social”, entendida como parte integrante da leitura das cidades, a exemplo da cidade de Piumhi-MG.

Iniciou-se esse trabalho pelo gosto por escutar histórias de pessoas comuns, que deveria realmente ser uma função objetiva do historiador. A partir das histórias contadas, observações e análises sobre as questões relativas as ações realizadas em seu tempo, que seriam, no seu conjunto, a ligação com sua totalidade social. Esse é um pensamento romântico do ofício da história, mas que, na grande maioria das vezes, é realizado principalmente em arquivos públicos, bibliotecas e com base em leituras bibliográficas realizadas em incontáveis horas do tempo atual. A ligação do trabalho de pesquisa com a “leitura” de uma cidade, permitindo o seu entendimento a partir dos discursos narrativos de processos de territorialização, se faz pela interdisciplinaridade no campo do Planejamento Urbano e Regional, em parte utilizando-se de recursos metodológicos, tais como, a história oral, a etnografia, da sociologia, da geografia crítica e na escala do território que é a cidade.

Na perspectiva de Walter Benjamin (1994), sobre a arte da narrativa, existe a necessidade de uma concepção de história que ultrapasse a factualidade dos nexos causais entre passado-presente-futuro, da racionalidade hegemônica, para se atingir a ideia de que a narrativa é uma obra de arte, e como tal, tem valores como o valor estético, a partir da fixação da aura do narrador na sua narrativa que é a

representação simbólica da possibilidade de experiência concreta do conhecimento adquirido, acumulado e transmitido pela memória social.

Encontrar essa arte narrativa, quase extinta, muitas vezes não depende apenas da sorte do observador, mas também de sua intencionalidade futura e sua disposição, alguns dirão preparo ou paciência, para receber e entender a amplitude daquela narrativa construída a partir da memória social.

Como um viajante, imaginamo-nos, tanto como o “flaneur” de Benjamim (2009), passeando pelas ruas e bulevares de Paris, no século XIX, sentindo os ares burgueses, quanto como o comerciante Marco Polo de Ítalo Calvino (2005) nos domínios do gigantesco império de Kublai Khan do século XIII. Inicialmente com o “gosto” pelo estudar as pessoas comuns e seus processos históricos cotidianos nas disputas pelo espaço social, seja da “cidade luz” ou das “cidades invisíveis”, mas também pela responsabilidade da mais impossível imparcialidade exigida para uma análise científica a que se propõe esse trabalho.

Seguem, então, as memórias da vivência social do “viajante” de poucos dias numa região em que as memórias individuais transformaram-se em sociais e ainda disputam o território com a história oficial. Por sorte, deparamo-nos com um contador de histórias nato, quase um profissional, filho de outro contador de histórias em Minas Gerais, numa cozinha caipira, saboreando o mais típico prato da culinária mineira: arroz, feijão, carne de panela e angu de milho.

A pergunta disparadora foi sobre como se pronunciava o nome de uma cidade por onde passamos no caminho, algumas horas antes e, como a narrativa veio rapidamente, chegamos até a acreditar que era um contador de histórias profissional...

Assim, aquele homem do interior explicou o porquê o nome da cidade é Piumhi, pronuncia-se [piũ'i], que significa “rio de mosquito” ou “rio de peixe”, provavelmente topônimo na língua Tupi dos povos originários da região. Muito provavelmente, aquele senhor, nascido naquela cidade, já intencionava contar a história curiosa daquele lugar, seu cotidiano de infância, espaço de copresença junto a todos os seus parentes, assim como proporcionar certa importância de sua cidade natal dentro do Estado de Minas Gerais. Então, o homem chegou à mesa e, com uma caneta e um papel dobrado na mão, de ponta cabeça, iniciou sua arte de contar histórias rabiscando naquele pedaço de papel, dizendo que a cidade se chamava PIUM-HY, que na língua tupi significa mosquito d'água, mas quem não é nascido lá dificilmente consegue falar ou pronunciar corretamente seu nome.

A história se passa aos pés da Serra da Canastra, no entorno do Parque Nacional Serra da Canastra-MG, cidade de curioso nome “Piumhi”, também em Minas Gerais, um pouco para o Norte depois da famosa cidade de Capitólio-MG e a Leste das entradas para o parque nacional. A importância histórica da região, que é fundamentalmente geopolítica, se deu pelas nascentes do Rio São Francisco no Alto da Serra da Canastra, rio que segue em direção Oeste e em decorrência dessa serra faz uma volta para Leste e depois segue em direção Nordeste, passando uns dez quilômetros ao Norte de Piumhi.

A confusão e as disputas eram tantas que as cartas que chegavam pelos Correios possuíam inúmeras grafias diferentes e muitas delas ficaram marcadas nos envelopes e cartões postais e foram colecionados por seu pai há anos.

A divergência começou quando, em 1798, um padre de nome Miguel de Albuquerque foi assassinado, esquartejado, quem sabe pelos embalos ideológicos anti-clérigos do período denominado de “terror revolucionário de 1792” da Revolução Francesa europeia, ou talvez um crime passional, então, os “homens bons”, a elite da cidade, com medo dos castigos divinos, resolveu trocar o nome do arraial para Cruz do Monte. De alguma forma, aquele nome não agradou a muitas pessoas e continuaram a dizer que moravam em Piumhi, e assim, a cidade continuou com o seu difícil nome e quando chegavam cartas apareciam grafias diferenciadas como PIUM-HY, PIUI, P. IUMHY, PIUNHI, PIOI, P-I-U-M-H-I..., conforme QUADRO I – 143 Grafias de PIUMHI, chegando no total de 142 nomes, além do oficial, todos registrados pelas agências do correio. Piumhi é a cidade com cento e quarente e três nomes.

A curiosidade chegou a ser uma disputa entre políticos da municipalidade na segunda metade do século XX, e no final das contas, acabou-se por uma grafia mais próxima ao original, cidade de Piumhi, que teria esse nome definitivamente. O pai do narrador, colecionador dos envelopes e cartões dos Correios, veja exemplos na IMAGEM I – coleção particular de envelopes e cartões postais, sempre percebeu que o nome da cidade, em sua grafia, variava mesmo andando pelas ruas da cidade, onde apareciam diferentes escritas desde a placa de entrada da cidade até a placa de carros, como a de um

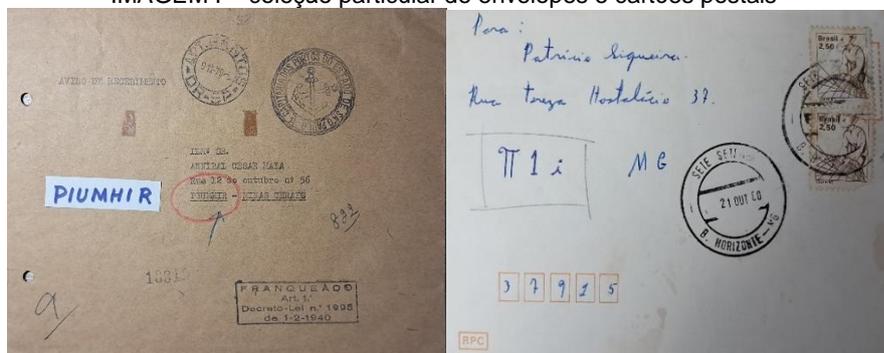
Fusquinha de 1969 com a placa PIUM-HI, os três carimbos dos Correios grafados como PIUMHI, PIOHI e PIUM-HI e até as placas em outros carros no depósito da polícia civil.

QUADRO I – 143 Grafias de PIUMHI

1 - $\pi 1i$, DIUNHI, IPIUÍ, OIUMHI, PÍU, PAIMHIS, PHIUI, PHUIM, PIÛ-I, PIÛI, PIÛN, PIÛS, PIAÛI, PIAI, PIAMBU, PIANHI, PIAU, PIAUHI, PIAUI, PIAUÍ, PIAUMHI, PIAUY, PICHUI, PIHUI, PIHUÍ, PIHÛIH, PIHUMI, PIHUMHI, PIHUM-I, PIHUMY, PIINHY, PIMBI, PIMHI, PIMHIU, PIMHUY, PIMOHY, PINHÍ, PINHIMI, PINHOI, PINHOIBA, PINHONBI, PINHUHI, PINHUI, PINHU-I, PINHUÍ, PINHUMHY, PINHUMI, PINHUM-I, PI-NHUM-I, **50 PINHUNHI**, PINHUNHY, PINHUY, PINHU-YN, PINIMB, PININKY, PINUMH, PINUNHI, PIOI, PIOMHI, PIRINHI, PIRUNHUI, PIUÍ, PIUHHI, PIUHI, PIU-HI, PIUHIM, PIUHUNÍ, PIUI, PIU-I, PIUÍ, PIU-Í, PIÚI, PÍUI, PIUIHI, PIUIM, PIUIM-I, PIUÍM-I, PIUIN, PIUM, PIUMAI, PIUMAY, PIUMBA, PIUMBI, PIUMBÍ, PIUMBO, PIUMBU, PIUMBUI, PIUMBUÍ, PIUMBUIM, PIUMBY, PIUMESI, PIUMEU, PIUMH'I, **PIUMHI**, PIUMH-I, PIUM-HI, PIUMHI, PIUMHÍ, PIUMHIM, PIUMHIR, **100-PIUMHJ**, PIUMHY, PIUMHIY, PIUMI, PIUM-I, PIUMÍ, PIUM-Í, PIUMNI, PIUMY, PIUM-Y, PIUNBI, PIUNHA, PIUNHI, PIUNHÍ, PIUNHIN, PIUNHU, PIUNHUI, PIUNHUÍ, PIUNHY, PIUNI, PIUN-I, PIUNÍ, PIUN-Í, PIUNNY, PIUNUHY, PIUNUI, PIUÖ, PIURÍ, PIURUBI, PIURUI, PIUTI, PIUUMY, PINHO HI, PLUMBY, PLUMHES, PRINKY, PUEHJ, PUIMHI, PUMBI, PUM-Í, PUNHY, PYUMHI, PYUMHÍ, **143 - RUMB.**

(FONTE: <https://envelopespiumhi.blogspot.com/?m=1> ; acesso: 18/6/2024; 09:38h.)

IMAGEM I – coleção particular de envelopes e cartões postais



FONTE: <https://envelopespiumhi.blogspot.com/2024/01/colecao-de-envelopes-com-o-nome-da.html?m=1>; acesso: 20/6/2024; hora: 15:05.

A difícil disputa territorial pelo curioso nome da cidade, conforme a memória social e o poder hegemônico atual, chegou até os jornais de uma grande rede de televisão brasileira com a matéria “PIUMHI - polêmica do nome”.

Afinal, a curiosidade sobre o nome da cidade levantou interessantes questões entre a memória social do Brasil interior, no uso de seu território, em dimensões de sua escala regional e local, no uso e manejo material da terra para sustento das famílias em cidades com pouca ou nenhuma expressão industrial, mas que desenvolvem formas de atividades agrícolas, comércio e serviços na busca de seu desenvolvimento econômico.

Discussão

Memória social no território, territorialidade e processos de territorialização.

Nossas lembranças da memória social recolhida apontam para as disputas na região da Serra da Canastra partem do registro do Parque Nacional Serra da Canastra a partir de 1971/72, ainda sob o projeto territorial de integração nacional da ditadura militar brasileira e sua geopolítica de dominação sócio territorial. A memória social da região conta, em tristes narrativas, que as terras da Serra da Babilônia, paralelas às terras da Serra da Canastra, foram desapropriadas, com as indenizações ocorridas apenas às poucas famílias que utilizavam a Serra da Babilônia, praticamente vizinhas de terras paulistas, mas as quase 80 famílias que viviam no primeiro Vale do Rio São Francisco – MG, criando gado leiteiro, e que utilizavam as terras altas da Serra da Canastra na época de seca da região sudeste, não foram indenizados e nem receberam precatórios.

Na memória social do entorno do Parque Nacional Serra da Canastra corre o boato de que, no inverno de 1972, dez das famílias de pequenos produtores mantinham seu gado nas terras altas da Canastra quando foram surpreendidos pela polícia do exército. Indagados sobre a utilização das terras de um parque nacional, responderam que não tinham como comprar outras terras para garantir a passagem do inverno e, então, os representantes da repressão militar mandaram os soldados juntar o gado e derrubaram a tiros quase todo o rebanho. Corre a miúdo, nas conversas sobre o ocorrido, que o oficial avisou que na manhã seguinte voltariam para ver se eles ainda tinham problemas com gado no inverno. Desde então, nenhuma daquelas famílias da Serra da Canastra conseguiu novas terras em troca das desapropriadas, ou mesmo, levou uma cabeça de boi ou vaca para as terras altas, mas a cada ano até 2024, os campos e pradarias do alto da serra da Canastra são incendiados, talvez como forma de protesto e resistência quase mudos.

A partir da fundação do Parque Nacional Serra da Canastra, com suas atuais medidas protetivas ao meio ambiente, no parque e seu entorno, com o grande patrimônio da região sob a guarda do Estado Nacional brasileiro, as necessidades daquelas populações para continuarem suas vidas materiais, aproximaram as identidades locais de suas subjetividades a partir de suas situações e competências cotidianas na vida social.

Na atualidade, os processos de territorialização na região da Serra da Canastra fundam-se na identidade do queijo Canastra de leite de vaca e que é premiado internacionalmente, o que fomenta atividades artesanais nas queijarias e atrai um número crescente de turistas a cada ano, com exceção do período da pandemia de Covid19, promovendo novas disputas pelo território até mesmo na divisão do trabalho.

É possível o aparecimento de novas identidades nesse processo de territorialização onde a identidade é colocada em questão, conforme o sociólogo Stuart Hall, num "... processo amplo de mudança que desloca estruturas e processos centrais das sociedades modernas..." abalando referenciais individuais na fixação sólida do mundo social (Hall, 1992, p.7).

A cada quilômetro percorrido, nas centenas de quilômetros do entorno do Parque Nacional Serra da Canastra, na área rural ou urbana, percebe-se os rearranjos no mercado e divisão do trabalho promotores de descontinuidades da modernidade, no fim dos trabalhos tradicionais da ordem social imposta, como estudadas por Anthony Giddens (1990), com inúmeras famílias de pequenos produtores, dos famosos queijos Canastra, sem funcionários "retireiros de leite".

Muitos dos antigos funcionários seguiram num movimento em direção às cidades, e seu turismo eminentemente lucrativo, como pequenos empreendedores vislumbrando maiores ganhos e crescimento econômico na louca ou quase insana busca incansável pelo "progresso" da racionalidade neoliberal desse século XXI.

No sentido de uma suposta modernidade reflexiva do indivíduo, e quem sabe prática, o geógrafo David Harvey propôs um entendimento do rompimento social com quaisquer condições anteriores, mas também, que implicaria em "(...) rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior." (Harvey, 1989, p.12). Já o sociólogo Carlos Fortuna (1995) desenvolveu estudos no caminho da "destruição criativa nas identidades" lembrando-se da teoria do desenvolvimento econômico evolucionário de Joseph Schumpeter (1911), a partir de inovações garantidoras de uma mudança qualitativa na forma de organização econômica que romperiam com o regular e o ordenamento posto como tradicional.

E, de certa forma, assim acontece naquelas paragens mineiras, onde diferentes indivíduos passam por rearranjos de seus ganhos de conhecimento nas interdependências entre o espaço-temporal e suas ordenações cognitivas em tentativas de maior possibilidade de inclusão social de suas relações na vivência concreta por suas experiências, quando "(...) o cotidiano se tornou errático, marcado por práticas liminares e de vertigem, por novas concepções do tempo e da memória, por reconceptualizações do espaço, reavaliações da política, da estética e da moral." (Fortuna, 1995, p.10).

É nesse sentido que trabalhou Milton Santos (2013) no livro "O espaço da cidadania e outras reflexões", pois se o turismo fosse fundamentado nas experiências cotidianas vividas as cidades dessa região, no sudoeste de Minas Gerais, poderiam inserir em seu futuro próximo uma função administrativa eficiente da dimensão territorial ao se utilizarem de seus componentes de instrumentalização, de bens e serviços públicos, como fator decisivo no caminho de um tipo de cidadania concreta que respeite a cultura e a liberdade das pessoas comuns, buscando a justiça social em realizações materiais (econômicas) e imateriais (culturais).

Como as histórias da memória social na cidade de Piumhi, representadas pelo tempo vivo da "cidade dos 143 nomes", a "cidade alma", com possibilidades de compartilhamento e até mesmo a

comercialização das experiências de vida local, poderiam fomentar o desenvolvimento de sua economia que, hoje, segundo os dados do IBGE, tem o percentual das receitas na ordem de 68,2% relativos a fontes externas, por incremento de um turismo vivencial promovendo suas narrativas de vida e o “fazer-se” verdadeiramente mineiro do interior.

Esse planejamento urbano e regional que aponta para a perspectiva de um desenvolvimento endógeno, aproveitaria a “substância social da memória”, trabalhada pela psicóloga Ecléa Bosi (2003) no livro “O tempo Vivo da Memória”, uma memória como alma da própria memória e experiência interior que permite ao corpo, na sua conexão com o passado, recuperar uma dimensão humana ao espaço. Uma dimensão humana no espaço com formação social que é territorial e se espacializa sobre o seu próprio processo histórico de construção das cidades, em suas variadas formações sob constantes lutas, violências, relações de poder hegemônicas e estruturas de funcionamento materializadas no espaço dos usos sociais no tempo.

Conclusão

A análise da memória social como fonte de compreensão dos processos históricos de territorialização hegemônica e o cotidiano de pessoas concretas, da região do entorno do Parque Nacional Serra da Canastra no sudoeste do estado de Minas Gerais, revelou-se interessante fonte para debates sobre novos entendimentos da construção do espaço das relações sociais concretas. Acredita-se que essa seja a possível contribuição desse estudo, o entendimento interdisciplinar de processos de territorialização pela compreensão analítica da “memória social”, entendida como parte integrante da leitura das cidades, a exemplo de Piumhi-MG. No entanto, o estudo não terá sentido prático e futuro sem deixar aberta a possibilidade de novas realizações compreensivas da hermenêutica do cotidiano pela memória social narrada em diferentes cidades do nosso interior, sempre almejando o respeito pela cultura e pela liberdade das pessoas comuns, e buscando o caminho da justiça social.

Referências

- BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense - Obras escolhidas; v.1. 1994.
- _____. **Passagens**. Editora UFMG. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo. 2009.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.
- CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras. 2005.
- COSTA, Aline C. G. **Representação do Espaço por meio da narrativa: epistemologias da linguagem e do saber urbano**. Tomo I. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, 2022.
- FORTUNA, Carlos. **Por entre as ruínas da cidade: o Patrimônio e a memória na construção das identidades sociais**. N.61.set.1995. Oficina do CES – Centro de Estudos Sociais de Coimbra. 1995.
- GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp. 1991.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice. 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade de Stuart Hall**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A.2006.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens das mudanças sociais**. 17edição EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1992.
- SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).
- SILVA, Dalva Maria de Oliveira e. **Algumas experiências no diálogo com memórias**. In: FENELON, D.R.; MACIEL, L.A.; ALMEIDA, P.R.; KHOURY, Y.A.[orgs.]. **Muitas histórias outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’água. 2000.
- THOMPSON, E.P.. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Zahar editores, Rio de Janeiro 1981.